



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATU SENSU EM FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

ALISSON DOUGLASDA SILVA MACHADO

**ADORNO E A EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE:** uma análise  
filosófica sobre as políticas pedagógicas no Brasil e seus reflexos na educação.

MACEIÓ/AL  
2017

**ALISSON DOUGLAS DA SILVA MACHADO**

**ADORNO E A EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE:** uma análise filosófica sobre as políticas pedagógicas no Brasil e seus reflexos na educação.

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado ao Curso de especialização *Latu Sensu* em Filosofia e Educação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de especialista de Filosofia e Educação.

Orientação: Prof. Dr. Anderson de Alencar Menezes

**MACEIÓ/AL  
2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDU**

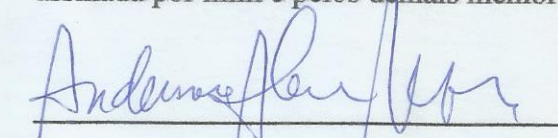
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO “LATO SENSU” EM FILOSOFIA E EDUCAÇÃO –**  
**2016/2017**  
(RESOLUÇÃO nº 26/2015 de 04/05/2015)

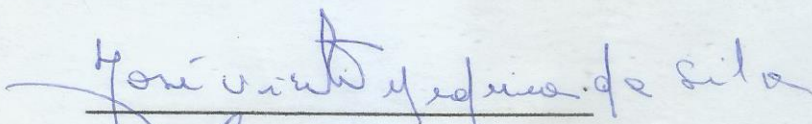
**ATA DE AVALIAÇÃO DE DEFESA DE TRABALHO DE**  
**CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM**  
**FILOSOFIA E EDUCAÇÃO – VIA DO ALUNO**

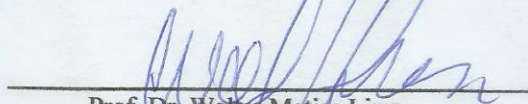
Aos **06 dias** do mês de **novembro de 2017** foi instalada a Sessão de Defesa de Trabalho de Conclusão – TCC do Curso de Especialização em Filosofia e Educação, ofertado pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, às 10h30min, na Sala de Seminários da mesma instituição, a que compareceu o discente **Alisson Douglas da Silva Machado**, apresentando o trabalho: **“Adorno e a Educação contra a barbárie: uma análise filosófica sobre as políticas pedagógicas no Brasil e seus reflexos na educação”**, tendo como componentes da Banca Examinadora os professores Dr. Anderson de Alencar Menezes (Presidente), Dr. José Vicente Medeiros da Silva e Dr. Walter Matias Lima. Submetido à avaliação da Banca examinadora composta pelos professores:

1. Prof. Dr. Anderson de Alencar Menezes (CEDU/UFAL)
2. Prof. Dr. José Vicente Medeiros da Silva (ARAPIRACA/UFAL)
3. Prof. Dr. Walter Matias Lima (CEDU/UFAL)

Obtendo a média final 10,0 (Dez) tendo sido considerado aprovado por esta Banca Examinadora. E por estar conforme, eu, Anderson de Alencar Menezes, Presidente da Banca Examinadora lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais membros da banca.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Anderson de Alencar Menezes  
Presidente da Banca

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Vicente Medeiros da Silva

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Walter Matias Lima

## **ADORNO E A EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE:** uma análise filosófica sobre as políticas pedagógicas no Brasil e seus reflexos na educação.

### **RESUMO**

O presente artigo tem como proposta analisar as políticas no Brasil em nossa contemporaneidade, tendo como base reflexiva a filosofia de Adorno, que traz em sua reflexão uma visão sobre a barbárie cometida contra a humanidade, onde esse ato provoca a privação do homem aos seus direitos básicos, e que são extremamente necessários para o desenvolvimento da sociedade. Para tanto, o filósofo por ter vivenciado esse período, cita em seu livro: Educação e Emancipação, o ato nazista cometido na Alemanha cometido em Auschwitz. O retrocesso ao passado é algo extremamente importante para Adorno, pois, possibilita uma reflexão de aprendizagem e ajuda na atualidade para que esse ato (Auschwitz) não se repita. Para tanto, faremos uma reflexão sobre nossa própria história, no que se refere educação brasileira, onde envolve não apenas reformas educacionais, mas interesses sociais, políticos e econômicas nas mudanças ocorrido ao longo do tempo. Dando ênfase algumas das diferentes reformas educacionais e os interesses políticos existentes por trás delas, faremos uma reflexão sobre a barbárie cometida na educação e que fere os direitos básicos de um indivíduo, e assim, refletir sobre a possibilidade desse indivíduo de emancipar na sociedade brasileira através da educação.

**Palavras-chave:** Adorno, Educação, Barbárie, Auschwitz, Política, Brasil.

### **RESUMEN**

El presente artículo tiene como propuesta analizar las políticas en Brasil en nuestra contemporaneidad, teniendo como base reflexiva la filosofía de Adorno, que trae en su reflexión una visión sobre la barbarie cometida contra la humanidad, donde ese acto provoca la privación del hombre a sus derechos básicos, y que son extremadamente necesarios para el desarrollo de la sociedad. Para ello, el filósofo por haber vivido ese período, cita en su libro: Educación y Emancipación, el acto nazi cometido en Alemania cometido en Auschwitz. El retroceso al pasado es algo extremadamente importante para Adorno, pues, posibilita una reflexión de aprendizaje y ayuda en la actualidad para que ese acto (Auschwitz) no se repita. Para ello, haremos una reflexión sobre nuestra propia historia, en lo que se refiere a la educación brasileña, donde involucra no sólo reformas educativas, sino intereses sociales, políticos y económicos en los cambios ocurridos a lo largo del tiempo. Dando énfasis a algunas de las diferentes reformas educativas y los intereses políticos existentes detrás de ellas, haremos una reflexión sobre la barbarie cometida en la educación y que hiere los derechos básicos de un individuo, y así reflexionar sobre la posibilidad de ese individuo de emancipar en la sociedad brasileña a través de la educación.

**Palabras-clave:** Adorno, Educación, Barbárie, Auschwitz, Política, Brasil

## **Introdução**

No meio acadêmico, literário ou filosófico é de difícil acesso ou pouco publicado o tema: Filosofia e Educação. Na maioria das vezes, o tema que norteiam os conhecimentos é destinado à filosofia da educação ou ensino de filosofia, sendo que nesse segundo, tratamos especificamente da prática de lecionar a disciplina, no que tange a essência do processo de ensino e aprendizagem.

Pensando nisso, procuramos elaborar um trabalho no qual abordasse dois temas que se complementam: educação e filosofia, para que assim, pudéssemos lançar um olhar filosófico sobre a educação.

O presente artigo é subdividido em três tópicos: o primeiro, Adorno e o processo da barbárie: uma elaboração do passado, que tem como objetivo abordar a introdução do pensamento do filósofo, partindo de uma reflexão sobre a barbárie e como ela ocorreu na sociedade impossibilitando o indivíduo de ser consciente e emancipado, tendo como referência o nazismo vivido na Alemanha, onde o que impressiona não é só o ato de violência, mas também, como tudo aquilo foi planejado e executado em prol de um interesse totalmente político e ideológico.

No segundo tópico: Reformas educacionais brasileiras: uma reflexão sobre nossa história, temos como proposta analisar as diferentes mudanças na educação brasileira a partir do período colonial e as diversas reformas educacionais até a contemporaneidade. Vale ressaltar, que o presente capítulo abordará algumas das principais reformas, não contemplando toda a História, por isso, foram expostas algumas delas. Dessa forma, percebemos gradativamente como pouco a pouco as mudanças no cenário educacional foi moldado para um propósito político e econômico, ofertando a sociedade um sistema de educação meramente funcional, quando passa a ter um foco expansivamente e se torna um ensino voltado para a população, tendo como caráter a formação do indivíduo para o mercado de trabalho.

E por fim, temos no último tópico: O desafio da educação contra a barbárie: análise adorniana no contexto educacional brasileiro e seus interesses, onde apresentaremos uma reflexão desse artigo. A análise feita a partir do pensamento de Adorno servirá de base para procurarmos uma possível solução sobre o déficit da educação no Brasil.

Nessa perspectiva, o que podemos abstrair é que: a partir da história educacional brasileira, percebemos que a barbárie cometida parte de uma omissão da educação, pois, suas ações despreparada na elaboração de suas reformas educacionais, mas, tem em sua matriz os interesses voltados para a formação do homem no mercado de trabalho, bloqueando assim, a possibilidade do indivíduo ser consciente do seu papel na sociedade e muito menos se emancipar, obtendo uma educação fragmentada quando são inseridas reformas que não visa à qualidade ou aprimoramento do ensino, mas sim, os interesses externos a verdadeira essência da educação.

Na verdade, o que temos em nosso sistema educacional não é de fato uma educação com toda a sua importância e devido destaque. O que temos nesse preceito é um preparo do indivíduo para o trabalho que possui regras, limites e finalidades em sua formação.

### **Adorno e o processo da barbárie: uma elaboração no passado**

Um dos grandes nomes no cenário educacional, social e filosófico na atualidade e que debate com clareza os reflexos de nossa atualidade é sem dúvida *Theodor W. Adorno*<sup>1</sup>. Em seu livro, *Educação e Emancipação*<sup>2</sup>, o filósofo trata diversos assuntos, tendo como ponto principal a reflexão sobre a barbárie e o papel da educação nesse processo de desbarbarização.

Adorno propõe uma elaboração do passado, que segundo o filósofo: “[...] não significa elaborá-lo a sério, rompendo seu encanto por meio de uma consciência clara [...] ao contrário, é encerrar a questão do passado, se possível riscando-o da memória. [...]” (p.29). Em outras palavras, a preocupação é não tornar o ciclo vicioso do passado, pois: “[...]o terror não tem fim quando culpa e violência, precisam ser pagas com culpa e violência [...]” (p.29). Não permitindo que erros (barbárie) cometidas se proliferem ou assumam outras vertentes.

Em seu livro citado acima, o filósofo faz um retorno às diversas barbáries que aconteceram, e em especial, a sua vivida na Alemanha por meio do nazismo em Auschwitz,

---

<sup>1</sup>Theodor Ludwig Wiesengrund Adorno, nasceu na Alemanha na cidade de Frankfurt em 11 de setembro de 1903 e faleceu em Visp, em 6 de agosto de 1969. Teve influência da Filosofia de Kant e estudou: Filosofia, Musicologia, Psicologia e Sociologia e se forma em 1924 tendo grande destaque o cenário acadêmico ao defender sua tese sobre Husserl (A transcendência do objeto e do neomático na fenomenologia de Husserl) em 1924. Ler mais: Disponível em: <[http://www.filosofia.com.br/bio\\_popup.php?id=62](http://www.filosofia.com.br/bio_popup.php?id=62)> Acesso em 15 de Jan 2017.

<sup>2</sup> O Livro: Educação e emancipação em Adorno, traz diversas reflexões sobre a nossa atualidade, tendo como foco a barbárie, elaboração do passado, a importância da filosofia entre outras temas que tem como objetivo a educação como uma das ferramentas para o processo de emancipação do indivíduo enquanto ser ético, político e social. Ler: ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Edição 3. 2003.

onde fez refletir sobre esse tipo de ideologia que não se restringia a esfera política, mas também, se estabelecida entre os homens como algo cultural e embasado por um pensamento moral, através do seu líder supremo: Hitler.

As ações cometidas pela barbárie estão vinculadas aos incentivos dos interesses burgueses, por isso, em algumas situações os acontecimentos são mascarados com algo que ocorreu “inocentemente” ou muitas vezes, como se não tivesse acontecido, manipulam assim, a memória a ponto de apagá-la ou retificá-la ao seu modo, onde o humanismo acaba perdendo a sua essência emancipatória e assume uma identidade alienante “controlando” a memória (fatores históricos) conduzindo ao existente e adaptando o indivíduo as suas vontades.

Nesse sentido, a burguesia se mostra de duas faces de forma consciente: irracional, quando deixa de ter o comprometimento com a verdade em relação aos vestígios da memória. E racional, a partir do momento em que se apóiam as tendências sociais, a fim de, obter um retorno favorável em um jogo de estratégias. Ou seja, deixam de ter o seu comprometimento ético e moral, para assumir postura meramente política e assim garantir sua existência em qualquer circunstância.

Os interesses que envolvem esse tipo de ideal social estão relacionados aos olhos da massa como algo em prol de um bem para a nação e não algo puramente político, onde para que haja a veracidade desse ideal, é necessário que seu líder acredite nessa ideologia para que possa convencer a massa (ADORNO, 2013).

Desse modo, podemos dizer que toda a barbárie cometida neste contexto histórico, atende a um interesse ideológico alienante em prol de uma interpretação favorável aos seus atos e justificando-os com um discurso a favor dos interesses de todos.

Em uma perspectiva psicológica o autor ressalta que as barbáries cometidas, como por exemplo: o nazismo, não foi totalmente extinta, se encontra adormecida ou disfarçada esperando o momento certo para retornar, como é o caso do nacionalismo que nada mais é do que uma face do nazismo presente nos países subdesenvolvidos, pois, é um modo ultrapassado, mas é uma ideologia tão vigente na atualidade.

É preciso enfatizar que não é só o ato violento e cruel encontrado ao longo de nossa história (como no caso em Auschwitz), que caracteriza a barbárie, mas também, trazendo para a nossa contemporaneidade, ela se encontra nas ações tomadas nas diferentes esferas sociais e políticas que acabam desencadeando a desvalorização humana, como por exemplo, o modo vigente em que está sendo apresentada a nossa política, educação, saúde, segurança, entre outros.



Se refletirmos de forma consciente e racional, podemos perceber que os “direitos” conquistados após muitas lutas não passa de ilusão, pois, a classe alienada não compreende (boa parte dela) que essas ações atendem aos interesses silenciosos da burguesia.

Por essa razão, foi necessário colocarmos em questões essas reflexões adorniana, para que possamos entender o porquê que Adorno frisa: “Que Auschwitz não se repita!”, pois, ela (barbárie) faz parte de um processo social objetivo que ocorre em meio a um regresso aos direitos humanistas e com eles o processo de formação lapidado aos interesses de uma sociedade capitalista. Até porque como afirma França (2011): “Como as causas da barbárie não foram eliminadas, Auschwitz é sempre uma possibilidade eminente; logo, somente uma formação que se contraponha e resista à persistência destas causas poderia impedir a repetição do horror.[...]” (p.104)

### **Reformas educacionais brasileiras: uma reflexão sobre nossa história**

Antes de iniciarmos qualquer reflexão acerca do processo de formação educacional no Brasil, é preciso salientar que a história brasileira é repleta de lacunas e defasagens que compõem e prevalecem até a contemporaneidade. Isso abrange não só o campo educacional, mas também, a área política, social e economia.

Tais fatores contribuíram para um déficit educacional que existe desde o início do processo de colonização e que ao longo dos anos as reformas educacionais desenvolvidas não supriram as necessidades e não acompanhou a evolução social e política do mundo.

O presente tópico irá transcorrer um pouco sobre o surgimento da educação do Brasil, no que diz respeito às algumas partes, sobre o processo de formação educacional no país e os interesses por trás desse investimento<sup>3</sup>.

A implantação do sistema de educação no Brasil foi um processo que passou por diversas reformas ao logo da sua história, isso porque, o país ao ser “descoberto” acabou perdendo sua identidade (cultura) e seus nativos foram oprimidos e submetidos aos interesses externos de sua vontade. Isso porque, no processo de colonização o Brasil ao ser “descoberto” já possuía em seu território, nativos que ao seu modo de viver, possuía sua concepção social e cultural inserida, porém, não era a mesma que os portugueses possuíam em sua formação.

---

<sup>3</sup>É preciso salientar que o Brasil é um país que passou por diversas transformações e momentos históricos. Por esse motivo, abordar todas essas passagens seria algo que decorreria mais tempo, por essa razão, abordaremos de forma específicas algumas das presentes passagens.



Segundo Saviani (2008): a educacional colonial brasileira é composta de três fases: a primeira foi a partir do vindo dos jesuítas para a colônia 1549 e se estendeu até 1599 com a promulgação do *Ratio Studiorum*<sup>4</sup>. O segundo fase, 1599 à 1759 foi consolidado a educação dos jesuítas a partir da *Ratio Studiorum* através de uma educação catequética e por fim, 1750 à 1808 corresponde a fase pombalina que se estende até o início do império. Vale ressaltar que foi a partir Lei de 3 de setembro de 1759, pelo rei Dom José I, os jesuítas foram expulsos e quem assumiu a responsabilidade foi Marques de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo).

Pombal substituiu as escolas jesuítas por aulas régias. Essa foi à primeira mudança estabelecida no país e após esse acontecimento e contribuições pedagógicas tiveram reformas significativas de: Couto Ferraz (Luís Pedreira do Couto Ferraz) que se preocupa com o controle da qualidade de ensino ofertada, onde o Estado estaria responsável pela fiscalização do funcionamento a partir do decreto n.1331A, de 17 de Fevereiro de 1854. E foi a partir Decreto n. 7.247 do dia 19 de abril de 1879 que Leôncio de Carvalho (Carlos Leôncio de Carvalho) se destacou ao ampliar a rede de ensino, possibilitando a formação em todas as áreas de ensino, ou seja, primário, secundário e superior, afim de, estabelecer uma educação de qualidade.

Entretanto, o Brasil não possuía recursos necessários para abranger todo o território nacional, por esse motivo, os ensinos ficaram destinados para alguns estados, onde o investimento na educação distribuído pelo Estado era muito pouco, além disso, não existia qualificação profissional (formação de professores), locais para ensinar e os que tinham não passavam por nenhuma aquisição; vale ressaltar, nesse período a educação não era destinada a população em geral e só os nobres conseguiam ingressar no ensino superior, mas tinham que viajar para Portugal, na Universidade de Coimbra. Esse fato ocorreu na segunda fase da reforma educacional, segundo SAVIANI (2008).

Desse modo,

Na primeira metade do século XVIII, Portugal era administrado com "mão de ferro" pelo Marques de Pombal, que fez uma série de reformas educacionais que repercutiram no Brasil. Tirou o poder educacional da Igreja e colocou-o nas mãos do Estado, criando assim, um ensino pelo e para o Estado. Porém, mesmo após a expulsão dos jesuítas, em 1759, e a instauração das Aulas Regias, a situação não mudou, pois o ensino continuou enciclopédico, com objetivos literários e com métodos pedagógicos autoritários e disciplinares, abafando a criatividade individual e desenvolvendo a submissão às autoridades e aos modelos antigos. Até os professores eram, em sua maioria, os mesmos que lecionavam nos colégios jesuítas.

---

<sup>4</sup>Trata-se de um documento que 467 regras, criado como foi de manual para os seguimentos normativos da educação jesuíta. Essas normas envolviam todos do processo educacional (TOYSHIMA & COSTA 2012).

As reformas pombalinas causaram uma queda no nível do ensino e os reflexos desta reforma são sentidos até nossos dias, visto que temos uma Educação voltada para o Estado e seus interesses. (RIBEIRO, p.16, 1993)

Dando agora um salto na história, iremos começar a abordar a educação no período republicano do Brasil, em que temos uma grande especificidade da educação e que está alinhada a uma proposta de educação massiva.

Após a Proclamação da República em 1889 através do Decreto n.981 de 8 189- foi feito por Benjamin Constant, um dos primeiros representantes da Primeira República em que no decreto ficava de responsabilidade e organização do Estado o ensino primário e secundário.

No período da Era Vargas 1930 – 1945, dois nomes se destacaram no cenário educacional: Francisco Campos, Decreto nº 18.890, de 18 de abril de 1931 e sendo aperfeiçoada e consolidada pelo Decreto nº 21.2141, de 4 de abril de 1932, segundo Saviani (2008), essa reforma trás ênfase a uma lacuna deixada pelas reformas anteriores, pois, o objetivo de Campos era unificar o ensino em todo o território brasileiro.

Ainda nessa perspectiva,

Nas idéias político-educacionais de Francisco Campos estava a crença de que a reforma da sociedade se concretizaria mediante a reforma da escola, da formação do cidadão e da produção e modernização das elites. Em seu ideário estava claro que a formação das elites era a prioridade, bem como defendia que essa mesma elite tinha as condições para decidir quais deveriam ser os rumos da educação para os demais. (ZOTTI, 2006, p.3)

Com essa nova reforma, o Brasil passava por uma profunda mudança na educação, e pela primeira vez ouvimos falar em ensino profissionalizante ou comercial. Tudo isso, tem um objetivo, razão e causa, pois,

No Brasil, a intensificação do capitalismo industrial significou novas exigências educacionais. Com a crise da década de 30, a economia brasileira se viu fortemente abalada pelo cessar de investimentos estrangeiros, que obrigou o país a abandonar a exportação de suas produções, em especial o café, e significou uma queda do poder latifundiário. A partir de então, com a manifestação das classes mais baixas e com menos voz ativa por uma mudança política que superasse a crise, o capitalismo industrial se instalou como uma proposta de se aproveitar os recursos nacionais e fortalecer a economia brasileira, deixando de necessitar das importações e passando a produzir os produtos dentro do país. (GIAMOGESCHI, 2009, p.02)

A partir desse momento, começa a criar um dualismo entre os ensinos: aqueles que ingressavam em um curso superior (intelectuais), e os que tinham que trabalhar ou produzir (educação profissionalizante), pois, como afirma ZOTTI:

O objetivo era imprimir ao ensino secundário a tarefa de preparação do adolescente para sua satisfatória integração na sociedade, que começava a fazer-se mais complexa e dinâmica. Era necessário, na visão do reformador, atualizar o ensino de acordo com as exigências do desenvolvimento industrial. (2006, p.4)

Novamente a educação se ver voltada para a classe dominante, pois, quem irá continuar seus estudos serão os intelectuais e não será a classe trabalhadora, mas sim, aquela classe privilegiada de tempo para se dedicar ao ofício de estudar e conseqüentes adquirir o nível superior.

É impressionante como pouco a pouco os verdadeiros valores da modernidade começam aparecer a partir de cada reforma e decretos estabelecidos aos longos dos anos. Mas, dando continuidade as mudanças educacionais têm: Gustavo Capanema (1942-1946) e se destacou pelas Leis Orgânicas do Ensino Secundário, a partir do Decreto-lei n. 4.244 de 09/04/1942 enfatizando mais as reformas deixadas por Campos.

Vale destacar que ambos tinham um mesmo ideal de ensino no que diz respeito à volta da igreja católica no ensino religioso, pois, acreditavam que esse ensino ficaria responsável pela educação ética e moral do indivíduo, como afirma Saviani (2008, p.270): “A características mais saliente das reformas educacionais empreendidas por campos e Capanema traz a marca do pacto com a Igreja Católica[...]”.

Desse período por diante, começa o debate para oferecer a educação de forma gratuita para toda a população, governantes e representantes, começaram a se manifestar sobre o assunto. Observa-se também que a partir de 1995 instalou no Brasil um sistema de avaliação que de forma intensa e massiva, apresentando-se como uma política educacional, porém, o objetivo por trás dessas avaliações nada mais era do que atender as demandas do sistema vigente ou acompanhado as mudanças globais presentes na época (PAIVA, 2003).

Desse modo, não era mais possível ofertar um ensino apenas voltado para a elite, era necessário fazer presente a qualificação ou preparação da mão de obra que sustentava o sistema. Por essa razão, a partir da aprovação da Lei Nº **9.394, de 20 de Dezembro de 1996**, que garantia o direito à educação para todos, em especial, para a classe trabalhadora, que o cenário educacional começou a mudar. Segundo o Art. 4, o dever do estado com a educação na escola pública será efetivado mediante a garantia de:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- [...]
- VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

Após o anúncio da reforma educacional na década de 1990, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei Nº 9.394/96) que abrange a reforma educacional, onde foi sancionado em 20 de Dezembro de 1996 – e do Decreto Nº 2.208/97 – decreto que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional sobre o ensino profissionalizante (educação profissional) – mostra-se que a formação para o trabalho está presente nos diferentes níveis de ensino, onde pode ser visto no Art. 3º: A educação profissional compreende aos seguintes níveis:

- I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;
- II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;
- III - tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (**DECRETO Nº 2.208, DE 17 DE ABRIL DE 1997**).

A partir dessa análise sobre esse decreto, podemos perceber nitidamente que as diretrizes e bases da educação nacional tinham a preocupação de estabelecer a formação profissionalizante a todo custo, isso porque, de algum modo, o indivíduo serviria para atender as demandas do mercado de trabalho. E mesmo aqueles que não dão seguimento aos diferentes níveis de ensino, poderiam retornar aos estudos para se profissionalizar/qualificar para o trabalho. Como podemos constatar no Art. 4:

A educação profissional de nível básico é modalidade de educação não-formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular (**DECRETO Nº 2.208, DE 17 DE ABRIL DE 1997**).

Vale ressaltar que o decreto citado anteriormente foi revogado pelo Decreto Nº. 5.154/2004 de 23 de julho de 2004, onde passa a ser uma educação profissional técnica de ensino médio (NASCIMENTO, 2007).

Mas, é preciso deixar claro que o Brasil possui uma defasagem histórica em seu campo educacional, se for comparado com outros países, e essas lacunas não tiveram a devida preocupação para serem preenchidas, pois os interesses (econômico, político, histórico e social) visados por esse ensino não se compara com o seu verdadeiro sentido (SAVIANI, 2008; VIEGAS & OSÓRIOS, 2007).

O que chama a atenção nessas reformas educacionais brasileiras são as formas como cada uma delas foram pensadas. Gradativamente elas foram evoluindo não para o bem do indivíduo, mas, para o bem em comum das esferas que regiam a economia: Estado e Igreja.

É preciso deixar claro que o capitalismo permanece influenciando as decisões na educação. Percebe-se que, o ingresso do indivíduo trabalhador nos diferentes níveis de escolarizações estão voltados para a empregabilidade foi moldado ao longo do tempo, como por exemplo: primeiro, o conhecimento mínimo ofertado pelo atual ensino fundamental (ensino primário); segundo, foi inserido o ensino médio (ensino secundário) para preparar os alunos para um “conhecimento completo” para a sociedade e para o trabalho; terceiro, o investimento em cursos técnicos como uma formação profissional especializada; e por fim, o quarto que podemos dizer ser a etapa final da formação seria através do nível superior.

Entretanto, é necessário salientar que a demanda de escolarização nos diferentes níveis de ensino corresponde principalmente pelo processo de industrialização de cada região, onde a região que tinha como base econômica a produção rural naquele momento não precisaria de imediato um investimento na educação, pois, a matriz de todo esse desenvolvimento educacional estava vinculada a um processo de qualificação de mão de obra e não a um projeto de alfabetização dos brasileiros (GIAMOGESCHI, 2009).

Contudo, infelizmente a educação no Brasil<sup>5</sup>, que poderia ser uma ferramenta de emancipação do indivíduo, se tornou ao longo da história um instrumento de manipulação da classe dominante. A barbárie em nosso país não aconteceu semelhante a Alemanha, pois, todo o ato bárbaro não está vinculado a ação de violência, mas, em todas as atitudes que impeçam a sociedade de ter seus direitos minimamente respeitado e atendido, conduzindo o indivíduo a um conformismo diante de sua realidade, não dando a ele a possibilidade de reação ou argumentação, porque, foi omitido dele esse esclarecimento. Como afirma Adorno (2003):

---

<sup>5</sup>Para aprofundar mais no processo educacional no Brasil, sugiro que o livro de Demerval Saviani, “História das Ideias Pedagógicas no Brasil” (2. ed.– Campinas, SP: Autores associados. 2008). Neste livro, o autor aborda de forma histórica e detalhada a vinda dos jesuítas ao Brasil, seu interesses e após sua saída a tentativa de Marques de Pombal e outros governantes da época inserir a educação, constituindo a própria substância da prática educativa, sendo agora responsabilidade do Estado. No mesmo contexto, verá como gradativamente a educação começou a ser inserida no Brasil, as suas dificuldades e os primeiros nomes dados ao ensino, entre outros fatores interessantes (GONÇALVES, 2009).

Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização — e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza. Considero tão urgente impedir isto que eu reordenaria todos os outros objetivos educacionais por esta prioridade. (p. 155).

### **3. O desafio da educação contra a barbárie: análise adorniana no contexto educacional brasileiro e seus interesses**

Adorno se preocupa com o retorno de Auschwitz. Por viver essa realidade Alemã exposta mundialmente naquela época, não quer que essa forma sistemática, racial e desumana se repita na atualidade, por isso, faz uma elaboração do passado, a fim de, extrair desse retrocesso uma aprendizagem.

Tal pensamento filosófico fez com que refletíssemos sobre o contexto histórico do Brasil que gradativamente foi pensada também de forma sistemática, racial e desumana as reformas educacionais brasileiras que como pode ser vista no segundo tópico desse trabalho, estavam cheias de lacunas e déficits, e que até hoje se repetem seguindo um ciclo vicioso que persiste em não ser quebrado.

Isso nos faz refletir sobre a atual situação da nossa educação brasileira, que por meio de suas diversas mudanças não conseguiu irradiar sua esplendorosa essência ou verdadeiro sentido da educação.

A forma como o ensino está sendo direcionado, é algo que vem sendo preparado de forma bem pensada a ponto de envolver os indivíduos em um processo alienante e aceitável (por boa parte) como algo normal e necessário para o progresso da nação.

Uma das análises feitas nesse texto, podemos perceber que, desde o início da colonização do Brasil e até a presente política governamental tende a fracassar, por não ter como objetivo o aperfeiçoamento das ideias ou projetos existentes.

A educação no Brasil e em especial em seu período republicano, foram modificadas e adaptadas as necessidades e vontades do sistema mercantil ou as exigências do mundo globalizado, que em meio a uma disputa de competitividade pelo poder econômico acaba barbarizando a sociedade a ponto de deixá-la alienada pela repressão de garantir a sua própria

existência, sem possibilidade de explanar, refletir ou agir perante qualquer alteração feita no sistema político, econômico ou educacional.

Segundo: Domingues, Toschi & Oliveira,

Em geral, essas políticas de currículo têm se caracterizado como programas de governo, isto é, com início e fim determinados pelos mandatos. Falta tempo para sua implantação e consolidação no espaço de um governo, acarretando descontinuidade administrativa e pedagógica. (2000, p.64)

Fazendo uma analogia sobre a barbárie cometida na Alemanha chamada de Nazismo, se reflete no Brasil, de modo disfarçado (ou não) com outra face chamada capitalismo. O capitalismo historicamente falando, pode ser dividido em fases que consiste em um capitalismo: comercial, industrial, financeiro e informacional (DALESSI, 2012). Todas essas fases foram organizadas de forma racional e muito bem planejadas para radicalizar qualquer tipo de emancipação do indivíduo.

Mas, qual à melhor forma de envolver a sociedade no processo de alienação e com poucas possibilidades de emancipar?

Por meio da educação é que se conseguiu tais feitos, pois, ela no sentido comum das relações, está relacionada com a escola. Na instituição de ensino (escola), se concentra uma grande massa populacional de alunos (futuras mão de obra) prontas a serem preparadas para a sua formação (trabalho). Esse meio educacional, culminado com o ambiente familiar são os contatos que o indivíduo em seu processo de formação tem e que vem trajado de forma cultural os ensinamentos competitivos, ou seja, é a partir dali, que o aluno começa a pensar em sua formação para arrumar um bom emprego e garantir seu futuro, onde aqueles que não se interessam pelos estudos provavelmente não conseguirá tais feitos.

Como afirma Freres *et al* (2008):

A educação no sistema capitalista corresponde a uma educação voltada para atender às necessidades do capital em seu processo de expansão e acumulação ampliada. Produção da riqueza e homens são postos, sob o capital, numa relação invertida: não é a produção da riqueza material que está a serviço dos homens, mas o contrário: o que se produz não é para a coletividade, mas para alguns que se tornaram historicamente proprietários dos meios de produção e de subsistência. Estes buscam, em nome de um suposto desenvolvimento econômico, decidir quais os destinos da sociedade, bem como ela deve ser organizada, como deve pensar, como deve agir. (FRERES, RABELO & SEGUNDO, 2008, p. 3).

Sem perceber nos vemos em uma educação trabalhista, e como o nome já afirma voltado para a formação do homem para o trabalho (e apenas para isso), que a barbárie se



proclama na sociedade, tirando do indivíduo qualquer possibilidade de emancipação e conscientização.

Isso acontece pelo fato da educação sempre sofrer modificações em meio aos interesses externos a sua essência, sem levar em consideração as reflexões sociais, política e econômicas e se restringindo a um ensino meramente tecnicista. Entretanto, é preciso salientar que esse processo de interesses externos é intitulado por Adorno como a barbárie, que garante a sobrevivência do próprio homem.

E alerta que,

A educação já não diz respeito meramente à formação da consciência de si, ao aperfeiçoamento moral, à conscientização. É preciso escapar das armadilhas de um enfoque “subjetivista” da subjetividade na sociedade capitalista burguesa. A “consciência” já não seria apreendida como constituída no plano das representações, sejam idéias oriundas da percepção ou da imaginação, ou da razão moral. A consciência já não seria “de”, mas ela “é” [...] experiência objetiva na interação social e na relação com a natureza, ou seja, no âmbito do trabalho social. [...] (ADORNO, 2003, p. 16)

Esse tipo de formação faz com que a subjetividade seja esquecida, sem falar na perda dos valores éticos e morais mediante a essa formação do trabalho e passamos a seguir um padrão socialmente exposto. Esse tipo de alienação não está presente só na educação, mas também, na ciência e na tecnologia que deveria proporcionar um bem humanista, mas, na verdade é mais um mecanismo de produção para aumentar o capital a serviço do consumismo, além disso: “A *Dialética do esclarecimento* constitui a expressão da subjetividade ameaçada, a “semiformação”, e das forças anônimas que ameaçam a subjetividade, a “indústria cultural”. (ADORNO, 2003, p. 20)

Mas, o que falar daquela educação que muitas vezes são executadas de forma arbitrária?

Para Adorno (2003), esse tipo de educação com certeza traria no procedimento de experiência formadora algo prejudicial para luta contra a barbárie. Por isso, a importância da experiência formadora no processo de conscientização ou esclarecimento. Rompendo assim, com a educação de caráter técnico e receituário, para se tornar uma educação eficiência.

Mas, tudo isso só será possível através de uma recuperação da experiência formativa estabelecendo um padrão com fundamentos racionais para que a educação possa se tornar emancipatória.

Em outras palavras, a formação que deveria garantir a autonomia para o homem também deve ser levada em consideração às condições sociais, políticas e econômicas que a

mesma está inserida e que em suma, está introduzida em um processo de produção e reprodução da vida humana em meio a uma sociedade e sua relação com a natureza.

O fato de muitas vezes as reformas ou modelos educacionais não darem certos em sua prática na sociedade, é porque, elas partem de cima para baixo, ou seja, são os representantes que constroem sua utopia, a fim de, que a realidade se adéqüe a essa mudança.

Mas, o que somos para o sistema capitalismo?

Podemos dizer que para o capitalismo, o homem pode ser visto como uma matéria-prima, onde em seu estado bruto não possui nenhuma serventia, mas, a partir do momento em que começa a ser “lapidado”, passa a ter uma determinada finalidade.

Mas, qual seria a mecanismo utilizado para essa “lapidação” do homem?

Seria por meio da educação. É a partir de uma educação que não visa a emancipação do homem, através de um ensino voltado para a informação e não para a formação, é que o sistema capitalista começa a “lapidar” o individuo de acordo com as demandas do mercado de trabalho, onde as decisões que envolvem esse mecanismo de “lapidação” está intrínseco às questões políticas, sociais e econômicas que envolve o país.

A partir dessa formação,

O pensamento então, se torna factual e o conhecimento restringe-se ao que pode ser classificado, calculado e repetido. Neste processo, o sujeito pensante encontra-se dominado pelo próprio fato e pela imediaticidade, pois só é considerado conhecimento aquilo que pode ser visto e comprovado matematicamente. (BITTENCOURT & SILVA; 2010, p.3227).

Essa formade agir sobre a educação pode ser visto nos diferentes níveis de ensino que tem como objetivo oferecer apenas o suficiente para atender a demanda.

Para que possamos exercer determinadas funções do mercado de trabalho, é necessário um tipo específico de formação. Até mesmo aqueles que não possui um nível de ensino é de extrema importância para esse sistema. Vivemos em uma sociedade similar a uma cadeia alimentar, onde todos os componentes, independente da classe possui sua função, garantindo assim, a permanência dessa cadeia.

Até o presente momento, vimos os reflexos baseados em Adorno em consonância com a história educacional do Brasil e nos faz perceber que o indivíduo até então, não teve a possibilidade de consciência muito mesmo de emancipação, e percebesse que o país tem em sua ideologica educacional um ensino resumido em minimo, pois, é esse minimo que garante a existencia do sistema vigente.

Mas, se isso acontecesse, como seria? É possível uma emancipação na contemporaneidade?

Essa forma não aconteceria da noite para dia. Nem tão pouco teríamos uma fórmula exata para todo o Brasil, isso porque, temos uma pluralidade de necessidades, culturas e etnias, que precisam ser levadas em consideração no momento da elaboração.

Porém, seguindo o pensamento de Adorno, todo o processo de libertação e mudança requer um esforço, onde partiria de dois pilares: conscientização e emancipação.

Segundo Adorno: “O problema propriamente dito da emancipação hoje é se e como a gente — e quem é "a gente", eis uma grande questão a mais —pode enfrentá-lo” (2003, p.182).

Esse modo de pensar adorniano consiste a partir do momento em que o indivíduo começa a ter consciência e auto-reflexão do seu meio social, o próprio será enquadrado em um perfil de excessão, pois, a formação em massa é o que determina a existencia do capitalismo.

Mas, isso não acontece, pois,

[...] falta a reflexão do próprio objeto, onde falta o discernimento intelectual da ciência, instala-se em seu lugar a frase ideológica, nos termos do deslumbramento daquela infeliz tradição alemã segundo a qual os nobres idealistas vão para o céu e os materialistas ordinários vão para o inferno.[...] entre a ausência pura e simples de reflexão intelectual e o estereótipo da visão de mundo oficialista delinea-se uma conformação dotada de afinidades totalitárias. [...] (ADORNO, 2003, p. 62)

É o que autor denomina como adaptação e resistência. Em outras palavras, é mais fácil adaptasse ao já existente, do que questionar e refletir sobre essa existência a ponto de transformá-la.

A falta de consciência e reflexão faz com que o indivíduo reproduza o seu conhecimento prático necessário para ser executado, como se fosse uma máquina que faz aquilo que é programado.

Se desvinculando desse pragmatismo, podemos começar a pensar em um indivíduo inserido no processo de emancipação, pois, segundo Adorno (2003,p.67-68): “[...] O indivíduo só se emancipa quando se liberta do imediatismo de relações que de maneira alguma são naturais, mas constituem meramente resíduos de um desenvolvimento histórico já superado, de um morto que nem ao menos sabe de si mesmo que está morto.”

Ainda sobre a mesma vertente:

[...] aquilo que caracteriza propriamente a consciência é o pensar em relação à realidade, ao conteúdo — a relação entre as formas e estruturas de pensamento do sujeito e aquilo que este não é. Este sentido mais profundo de consciência ou faculdade de pensar não é apenas o desenvolvimento lógico formal, mas ele corresponde literalmente à capacidade de fazer experiências. Eu diria que pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais. [...] (ADORNO, 2003, p. 151)

Dessa forma, qual seria a ponte entre alienação e a emancipação?

A resposta para esses dois pontos é a mesma: a educação. De fato, a educação é uma ponte entre esses dois (alienação e emancipação), pois, estando inserido em um processo de conscientização, o indivíduo tem em sua prática política e social a certeza desses dois caminhos.

Tais indagações podem ser realizadas através de um plano educacional totalmente desvinculado aos interesses externos, uma educação voltada para atender as demandas da sociedade, no sentido, de formar o indivíduo para uma vida ética, política e social. A educação precisa se adaptar não no sentido de conformismo perante as mudanças, mas, resistir, a fim de, se preparar para lher dá com essas transformações, assim como afirma Adorno (2003): “A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens a se orientarem no mundo” (p.143), em outras palavras, deve-se obter um entendimento dos interesses burgueses para não viver as margens de um profundo lago, que em sua superfície se apresenta limpo e transparente, mas, ao mergulharmos nessa água e indo ao fundo, veremos o contraste do que é apresentado e o que se esconde por trás dessa calma e transparência.

Por essa razão, foi necessário analisarmos o nosso contexto para compreender que a nossa política educacional pedagógica se quer cogitou a possibilidade de uma educação emancipadora no Brasil. Aliás, visto pelo lado histórico, a nossa educação só se tornou de fato pública muito após o seu período republicano e por motivos aos quais foram explicados no segundo tópico desse texto.

Dessa forma, é evidente que os representantes do Brasil não querem em sua realidade, indivíduos emancipados e capazes de indagar, refletir e questionar suas práticas políticas. Pelo contrário, o sistema bárbaro brasileiro se faz vigente em sua população, violentando os seus direitos públicos que deveriam ser ofertadas com qualidade como: educação, saúde, segurança, entre outros. Onde, quanto mais pessoas alienadas e funcionais, melhor para os representantes, que se sentem a vontade para moldar o país ao seu modo de ver. Criando dessa forma, uma utópica idearia de sociedade a favor do progresso.

É importante salientar, que infelizmente grande parte dos indivíduos mesmo conscientes dessa situação, por muitas vezes, serem minoria, acabam se refugiando no silêncio por causa da influência do sistema dominante ser tão grande, que mais parece uma teia de aranha, onde quando mesmo se espera, estamos envolvidos sem ter a chance de escapar dela.

Contudo, indagamos: já pensou se o indivíduo fosse emancipado? Como seria nossa sociedade? Como nossos representantes se portariam diante de nós? Como seriam as relações de classes sociais? E o que seria do sistema capitalista? De todo modo, essas são indagação para além do Auschiwtz, para além da barbárie, mas, deixaremos como reflexão após a leitura desse texto.

### **Considerações finais**

No presente texto, procuramos apresentar as idéias de Adorno (filósofo alemão) sobre a barbárie que ocorreu em Auschwitz, referente ao acontecimento histórico que marcou todo o mundo: o nazismo.

Esse acontecimento marcou muito a história da Alemanha, mas principalmente, para analisada por Adorno pela forma como tudo foi executado por meio de uma estratégia racional tendo como um fim, interesses políticos.

Pensando nisso é que resolvemos ter como base principal a obra de Adorno: Educação e emancipação, e por meio de uma contextualização históricos, procuramos fazer assim como fez o filósofo, refletir sobre as diferentes reformas educacionais existentes no Brasil e os interesses por trás dessas mudanças.

Desse modo, a filosofia serve como base de reflexão para esse trabalho, pois, precisamos obter um **olhar filosófico** diante das mudanças sociais, políticas e econômicas que culminam a perda da essência da educação, sabendo que essas interferências educacionais regem por essas esferas e que a educação é modulada por essas reformas, dando assim, suporte ao sistema vigente, em outras palavras, para o sistema capitalista.

Dessa forma, enfatizo que fazendo uma analogia: para o capitalismo o homem é visto como uma matéria-prima, onde em seu estado bruto não possui nenhuma serventia, mas, a

partir do momento em que começa a ser “lapidado” em seu processo de formação (ensino) passa a ter uma determinada finalidade.

Após serem indagadas algumas das sementes educacionais plantadas na política do país e que são de suma importância para a compreensão do processo educacional no Brasil. E alerta: a educação não foi ofertada para a sociedade por acaso, ela precisou atender uma demanda do sistema capitalista para que assim o mercado de trabalho não ficasse escasso de mão de obra qualificada.

Por causa dessa qualificação é que o ensino começou a ser modificado de acordo com a demanda do mercado. Pois, de forma simples e clara o sistema é objetivo como relação a essa questão, ou seja, se precisamos de pessoas que tenham o conhecimento completo (Ensino Médio), iremos ofertar o ensino para a população massiva. Com o tempo percebemos que a partir das evoluções tecnológicas, precisaremos de trabalhadores técnicos ou com formação superior, então, teremos um ingresso massivo da classe trabalhadora nesses dois níveis de ensino. E se na nossa atualidade temos o desafio de reduzir o tempo, porque não oferecer dois em um, em outras palavras, oMédioTec, assim que o aluno terminar o ensino médio, ele sairá com um curso técnico integrado ao seu currículo de formação e pronto para ingressar no mercado de trabalho..

É relevante indagar que objetivo principal desse texto é estimular a reflexão e o papel do indivíduo que deve se lançar a esse desafio, caso contrário está fadado a entrar em um padrão de subordinação aos interesses e não só a educação, mas, todo o sistema político, social e econômico ficará cativo ao ciclo vicioso da classe dominante que explora a classe dominada em um processo de defasagens ou aniquilação dos direitos humanos.

Tais fatos não são meras especulações, pelo contrário, essas indagações partem de uma análise feita na história educacional e política do Brasil e por essa razão, é que percebemos que a barbárie na educação ocorre não por falta de formação ou leiguíssimo por parte dos nossos representantes, mas sim, por interesses externos, racionais e calculistas estabelecido para melhor atender a demanda desse sistema opressor que não possibilita o indivíduo ser consciente, emancipado e atuante na sociedade

## **REFERÊNCIAS**

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Edição 3. 2003.

DALESSI, Tiago. **Regionalização do espaço**. 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/cursinho/files/2012/05/tiago.148.252.pdf>> Acesso em: 11 Fev. 2016.

DOMINGUES, José Juiz; TOSCHI, Nirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. A reforma do Ensino Médio: **A nova formulação curricular e a realidade da escola pública**. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a05v2170.pdf>> Acesso em 19 Jan 2017.

FRANÇA, Fabiano Leite. Emancipação e Barbárie: **Perspectivas de uma Concepção Dialética de Educação em Theodor Adorno**. 2011. Disponível em <[https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/existenciaearte/Edicoes/6\\_Edicao/Emancipacao\\_e\\_Barbarie\\_Perspectivas\\_de\\_uma\\_concepcao\\_dialetica\\_de\\_educacao\\_em\\_Theodor\\_Adorno.pdf](https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/existenciaearte/Edicoes/6_Edicao/Emancipacao_e_Barbarie_Perspectivas_de_uma_concepcao_dialetica_de_educacao_em_Theodor_Adorno.pdf)> . Acesso em 03 Out 2017.

FRERES, Helena de Araújo; RABELO, Jackline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. O papel da educação na sociedade capitalista: **uma análise onto-histórica**. 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/932.pdf>>. Acesso em 19 Jan 2017.

GIAMOGESCHI, Carina Lopes. O capitalismo e a expansão no ensino no Brasil . 2009. Disponível em: <<http://www.unifia.edu.br/projetorevista/edicoesanteriores/agosto09/artigos/educacao/capitalismo.pdf>> . Acesso em 03 Out 2017.

NASCIMENTO, Manoel Nelito M. Ensino médio no Brasil: determinações históricas. In: **Revista Publ. UEPG Ci. Hum. Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**. 15 (1). Ponta Grossa/Paraná: Editora Universidade Estadual de Ponta Grossa, jun. 2007. 77-87.

TOYSHIMA, Ana Maria da Silva; COSTA, Célio Juvenal. **O RATIO STUDIORUM E SEUS PROCESSOS PEDAGÓGICOS**. 2012. Disponível em <[http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2012/trabalhos/co\\_05/104.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_05/104.pdf)> Acesso em: 19 Jan 2017.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**. São Paulo: Editora Loyola. 2003

SAVIANI, Dermeval. **Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação**. In: Trab. Educ. Saúde. V. 6; Nº 2. Rio de Janeiro: Editora Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz, Jul./out., 2008. p. 213-231.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do regime militar**. In: **Cad. Cedes**. Vol. 28; Nº 76. Campinas: Unicamp , set./dez. 2008. p. 291-312.



ZOTTI, S.A. O ensino secundário nas reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema: **um olhar sobre a organização do currículo escolar**. 2006. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautoraolais/eixo01/Solange%20Aparecida%20Zotti%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em: 19 Jan 2017.